

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORINEA/SP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DECRETO. 11.462/2023 LEI 14.133/2021	059/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS	017/2025
PROCESSO LICITATÓRIO	072/2025
ENTIDADE GERENCIADORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORINEA
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO	POR EMPENHO
FORNECEDOR BENEFICIARIO	NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
LOTES	6, 12, 13, 38, 39, 42, 45, 48, 55, 56, 63, 70, 90, 93.
VIGÊNCIA	12 MESES
PRORROGAÇÃO	SIM – A CRITÉRIO DA UNIDADE GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO	"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL"
VALOR TOTAL REGISTRADO	R\$ 21.247,50 (Vinte e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).
E-MAIL	nutricionale@nutricionale.com.br jurídico@nutricionale.com.br
TELEFONE	(17) 3211-2030
DADOS BANCÁRIOS	Banco Santander, AG: 0434 - C/C: 13.005131-1



















(Processo Administrativo n° 072/2025)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2025, QUE AJUSTAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA/SP, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS E A EMPRESA **NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 – Centro, no município de Florínea, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 44.493.575/0001-69, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor SERGIO LOPES DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG n.º 26.298.245-6 SSP/SP e CPF n.º 269.178.568-86, residente e domiciliado na Rua Livino Cardoso de Oliveira, nº 636, Centro no município de Florínea, Estado de São Paulo, simplesmente denominado ENTIDADE GERENCIADORA, e a empresa NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o, 08.528.442/0001-17 sediado(a) na Rua Wilk Ferreira De Souza, N° 251 -Distrito Industrial, no município de São José do Rio Preto/SP, CEP 15035-510, doravante designado FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, neste ato representado por EDNA MARIA DA CRUZ FAITARONE, brasileira, empresária, viúva, portadora do RG nº 16.397.807-4 SSP/SP e CPF nº 080.745.218-18, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 072/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 017/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.





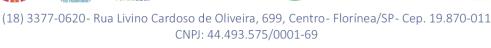










































CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL".

Item	Quant	Descrição	Marca	Valor unit.	Total
6	200	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 PACOTE 5KG: ARROZ AGULHINHA TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO POLIDO, GRUPO BENEFICIADO, DE COR BRANCA, SEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 12 MESES NA DATA DA ENTREGA.	DONA MILU	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
12	410	BISCOITO ÁGUA E SAL TIPO CREAM CRACKER 400G: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO/ FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, SAL, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTOS QUÍMICOS E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO. EMBALAGEM DE 400 G. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES NA DATA DA ENTREGA. SUAS CARACTERÍSTICAS, DESCRIÇÃO E ROTULAGEM DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO	LE PETIT	R\$ 3,90	R\$ 1.599,00
13	500	BISCOITO DOCÉ TIPO MAISENA 400G: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES NA DATA DA ENTREGA. SUAS CARACTERÍSTICAS, DESCRIÇÃO E ROTULAGEM DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	LE PETIT	R\$ 3,62	R\$ 1.810,00
38	200	FEIJÃO CARIOCA 1KG: FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 90 A 98% DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARTUCHOS, NA COR CARACTERÍSTICA E VARIEDADE CORRESPONDENTE DE TAMANHO E FORMATO NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS, NÃO CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE	GRANOLAR	R\$ 5,39	R\$ 1.078,00

















Assinado por 6 pessoas: RUBENS PATTA JUNIOR, EDILSON DE SOUZA GUIMARÃES, EDNA MARIA DA CRUZ FAITARONE, LUIZ ANDRÉ DI NALLO, SERGIO LOPES DA SILVA e JOÃO CARLOS DA LUZ JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://florinea.1doc.com.br/verificacao/E6B2-764B-8F7E-8086 e informe o código E6B2-764B-8F7E-8086



































		GESTAO 20	J25- 2028		
		POLIPROPILENO, TRANSPARENTE,			
		RESISTENTE, DE 1KG, ORIGINAL DO			
		FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO			
		PRODUTO, INFORMAÇÕES DO			
		FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO,			
		PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6			
		MESES E LOTE.			
39	100	FEIJÃO PRETO 1KG: FEIJÃO PRETO, TIPO	GRANOLAR	R\$ 4,31	R\$ 431,00
		1, NOVO, DE 1ª QUALIDADE,			
		CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 90 A 98%			
		DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS, SEM A			
		PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU			
		CARTUCHOS, NA COR CARACTERÍSTICA			
		E VARIEDADE CORRESPONDENTE DE			
		TAMANHO E FORMATO NATURAIS,			
		MADUROS, LIMPOS E SECOS, NÃO			
		CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADO			
		EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE			
		POLIPROPILENO, TRANSPARENTE,			
		RESISTENTE, DE 1KG, ORIGINAL DO			
		FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO			
		PRODUTO, INFORMAÇÕES DO			
		FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO,			
		PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6			
		MESES E LOTE.			
42	150	FERMENTO EM PÓ 250G: COMPOSIÇÃO:	TRISANTI	R\$ 5,40	R\$ 810,00
		FERMENTO EM PÓ QUÍMICO,			
		EMBALAGEM DE 250G. PRAZO DE			
		VALIDADE DE 12 MESES DA DATA DA		1	
		ENTREGA.	All Indiana	W .	
45	100	GELATINA EM PÓ (VÁRIOS SABORES)	NUTRARE	R\$ 9,68	R\$ 968,00
		1KG: AÇÚCAR, GELATINA, SAL,			
		VITAMINA: A, C E/OU E, REGULADOR DE			
		ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO,			
		ACIDULANTE ÁCIDO FUMÁRICO,			
		AROMATIZANTE, EDULCORANTES			
		ARTIFICIAIS: ASPARTAME, CICLAMATO DE SÓDIO, ACESULFAME DE POTÁSSIO E			
		SACARINA SÓDICA E CORANTES			
		ARTIFICIAIS. NÃO CONTEM GLÚTEN.			
		SABORES VARIADOS. EMBALAGEM DE			
48	100	1KG. GOIABADA 500G: PRODUTO DE	XAVANTE	D¢ 4.20	D¢ 429 00
46	100	,	AAVANIE	R\$ 4,28	R\$ 428,00
		PRIMEIRA QUALIDADE DEVERÁ APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E			
		DE QUALQUER SUBSTÂNCIA			
		CONTAMINANTE, SEM TRAÇOS BRANCOS OU MOFO. EMBALAGEM			
		PLÁSTICA ATÓXICA, INTACTA,			
		CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O			
		PRODUTO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE.			
55	150	LEITE EM PÓ INTEGRAL 1 KG:	ROMANO	R\$ 26,79	R\$ 4.018,50
33	150	CARACTERÍSTICAS GERAIS. ALIMENTO	KOWANO	K\$ 20,79	NJ 4.018,30
		OBTIDO PELA DESIDRATAÇÃO DO LEITE FLUIDO, POR PROCESSOS			
			İ	i l	
		TECNOLÓGICOS ADEQUADOS E			
		TECNOLÓGICOS ADEQUADOS E PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTO			
		TECNOLÓGICOS ADEQUADOS E PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO OFICIAL. O PRODUTO			
		TECNOLÓGICOS ADEQUADOS E PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTO			

















Assinado por 6 pessoas: RUBENS PATTA JUNIOR, EDILSON DE SOUZA GUIMARÃES, EDNA MARIA DA CRUZ FAITARONE, LUIZ ANDRÉ DI NALLO, SERGIO LOPES DA SILVA e JOÃO CARLOS DA LUZ JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://florinea.1doc.com.br/verificacao/E6B2-764B-8F7E-8086 e informe o código E6B2-764B-8F7E-8086





		,	I	,	
		GLÚTEN. ENRIQUECIDO COM AS			
		VITAMINAS A D E FERRO.			
		CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS			
		SEGUIR A RESOLUÇÃO Nº 12, DE 02 DE			
		JANEIRO DE 2001, DA SECRETARIA DE			
		VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO			
		DA SAÚDE (ESTABELECE OS CRITÉRIOS			
		E PADRÕES MICROBIOLÓGICOS PARA			
		ALIMENTOS). PRIMÁRIA: O PRODUTO			
		DEVERÁ SER EMBALADO EM SACO			
		POLIÉSTER METALIZADO ATÓXICO			
		RESISTENTE HERMETICAMENTE			
		VEDADO (TIPO SACHÊ) OU LATAS			
		CONTENDO DE 200G PRAZO DE			
		VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES, A			
		PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.			
		ROTULAGEM 1. O PRODUTO DEVERÁ			
		SER TRANSPORTADO DE ACORDO COM			
		AS NORMAS TÉCNICAS DA ANVISA.			
56	800	LEITE UHT INTEGRAL 1L: LEITE DE	TERRA VIVA	R\$ 4,26	R\$ 3.408,00
		VACA INTEGRAL HOMOGENEIZADO,			
		SUBMETIDO AO PROCESSO DE			
		ULTRAPASTEURIZAÇÃO, U.H.T.,			
		COMPOSIÇÃO MÍNIMA POR LITRO:			
		VALOR ENERGÉTICO 550 KCAL,			
		CARBOIDRATO 40 G, PROTEÍNA 29 G,			
		LIPIDIOS 30 G E GORDURA TOTAIS			
		MÍNIMAS 3%, ENVASADO SOB			
		CONDIÇÕES ASSÉPTICAS EM			
		EMBALAGENS ESTERILIZADAS E			
		HERMETICAMENTE FECHADAS		7	
63	100	MASSA DE LASANHA PRÉ-COZIDA 500G:	DONA BENTA	R\$ 5,63	R\$ 563,00
03	100	MASSA DE LASANHA EM EMBALAGEM	DOM BENTA	Κψ 5,05	Κφ 505,00
		DE NO MÍNIMO 500 GRAMAS. MASSA DE			
		LASANHA PRÉ- COZIDA EM			
		EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 500G.			
70	250	ÓLEO DE SOJA 900ML: ÓLEO DE SOJA	COAMO	D¢ 7.45	D¢ 2.607.50
70	350		COAMO	R\$ 7,45	R\$ 2.607,50
		REFINADO, TIPO 1, COM EMBALAGEM			
		COM 900 ML ANTIOXIDANTES (TBHQ E			
		ÁCIDO CÍTRICO), SEM GLÚTEN.			
		EMBALAGEM DE 900ML. PRAZO DE			
		VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 12			
		MESES NA DATA DA ENTREGA.			
90	150	SAL REFINADO 1KG: SAL REFINADO,	GARÇA	R\$ 1,23	R\$ 184,50
		BRANCO E LIMPO, TIPO 1. EMBALAGEM			
		DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE DE 12			
		MESES DA DATA DA ENTREGA.			
93	100	VINAGRE DE VINHO BRANCO 750ML:	BELMONT	R\$ 3,98	R\$ 398,00
		VINHO BRANCO, PRODUTO NATURAL,			
		FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES,			
		ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS,			
		ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS			
		ESTRANHOS, LIVRES DE SUJIDADE,			
		MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE			
		ANIMAIS OU VEGETAIS,			
		ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO			
		DE 750 ML.			
	<u>I</u>	TOTAL		R\$ 21.247,50	
1		101711	i	1.Ψ Δ1.ΔT1,JU	

















Assinado por 6 pessoas: RUBENS PATTA JUNIOR, EDILSON DE SOUZA GUIMARÃES, EDNA MARIA DA CRUZ FAITARONE, LUIZ ANDRÉ DI NALLO, SERGIO LOPES DA SILVA e JOÃO CARLOS DA LUZ JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://florinea.1doc.com.br/verificacao/E6B2-764B-8F7E-8086 e informe o código E6B2-764B-8F7E-8086



- 1.3. Vinculam esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar
 - 1.2.2. O Termo de Referência;
 - 1.2.3. O Edital da Licitação;
 - 1.2.4. A Proposta;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (Art. 84, caput) 2.
- 2.1. O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ATA/Contrato.
- 2.2. Considerando ainda a vantajosidade e economicidade nos termos do Art. 84, da Lei 14.133/21 e o Enunciado CJF nº 42/2023 será prorrogado e restituído o quantitativo original.
- CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO **3.** CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
- Os itens constantes no Termo de Referência deverão ser entregues estritamente conforme as especificações exigidas, incluindo marca (quando indicada), unidade de fornecimento, quantidade, peso, volume e demais características descritas no edital e seus anexos.
- 3.2. Não serão aceitos produtos com especificações diferentes das solicitadas, ainda que entregues em quantidade maior ou valor equivalente, como, por exemplo, a substituição de 1 (um) galão de 5 litros por 3 (três) frascos de 2 litros.
- **3.2.1.** A justificativa para tal restrição deve-se à necessidade de controle exato do estoque, padronização de itens, compatibilidade com os lançamentos no sistema de gestão de materiais, além da adequação à logística de armazenamento e distribuição dos produtos.
- 3.3. O descumprimento dessa cláusula poderá acarretar na recusa dos itens entregues, não recebimento da nota fiscal correspondente e eventual
- . As demais clausulas de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Edital, anexo a este Contrato.



















- 4. CLÁUSULA QUARTA DOS PEDIDOS. (Art.83)
 - **4.1.** Os pedidos serão realizados por meio de nota de Empenho.
- 5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO. (Art. 83)
- 5.1. O valor total registrado é de R\$ 21.247,50 (Vinte e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 6. CLÁUSULA SEXTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
- **6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTE: NÃO SE APLICA
- 8. CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA E<mark>NTID</mark>ADE GERENCIADORA (<u>art. 92, X, XI e XIV</u>)
 - **8.1.** São obrigações da Entidade Gerenciadora:
- **8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- **8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **8.1.3.** Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;



















- **8.1.5.** Comunicar o Fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **8.1.6.** Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços;
- **8.1.7.** Aplicar ao Fornecedor as sanções previstas em lei e nesta Ata de Registro de Preços;
- **8.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **8.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.2.** A administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- **8.3.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- **8.4.** Notificar os emitentes das garantias quant<mark>o ao início d</mark>e processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contrat<mark>uais.</mark>
- **8.5.** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



















- **9.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (<u>Lei nº 8.078, de 1990</u>);
- **9.1.2.** Comunicar a Unidade Gerenciadora, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **9.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **9.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- **9.2.** O fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- **9.2.1.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **9.3.** Paralisar, por determinação da Unidade Gerenciadora, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

















- **9.4.** Manter durante toda a vigência da Ata Gerenciadora, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.5.** Cumprir, durante todo o período de execução da ATA, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.6.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.7.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **9.8.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- **9.10.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **9.11.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **9.12.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

















- **9.13.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **9.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- **11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:







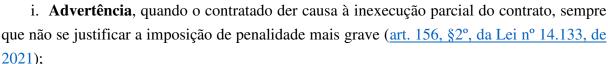












- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- (1) Moratória de 05 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (**trinta**) dias;
- (2) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15 % (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- **11.3.** A aplicação das sanções previstas neste INSTRUMENTO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **11.4.** Todas as sanções previstas neste INSTRUMENTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- **11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor,







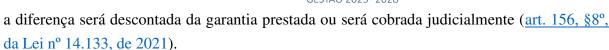












- **11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (TRINTA)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):
 - a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

















- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO DO REGISTRO 12. DO FORNECEDOR (art. 28 Decreto Federal nº. 11.462/2023)
 - 12.1. I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 12.2. II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 12.3. III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- 12.4. IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.5. § 1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

















- **12.6.** § 2º O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- **12.7.** § 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- **12.7.1.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **12.7.1.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - **12.8.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.8.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- **14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 25 do Decreto Federal 11.462/2023
- **14.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.





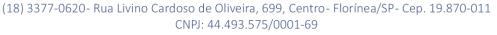














15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao <u>art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011</u>, c/c <u>art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012</u>, no DOE (Diário Oficial do Estado de São Paulo) e no DOM (Diário Oficial do Município)

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-FORO (art. 92, §1°)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Florínea/SP, 11 de novembro de 2025.

AS PARTES:

SÉRGIO LOPES DA SILVA Prefeito Municipal de Florínea Contratante

Assinado digitalmente pelo sistema IDoc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Contratada

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.





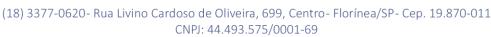






















































RUBENS PATTA JUNIOR CPF: 432.693.938-90 RG: 34.293.664-5

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo. JOÃO CARLOS DA LUZ JUNIOR CPF: 388.092.318-30 RG: 50.239.965-X

> Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.



















TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Florínea/SP, CNPJ nº 44.493.575/0001-69, com sede na Rua Livino Cardoso de Oliveira, nº 699, Centro, no município de FLORÍNEA/SP.

CONTRATADO: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNP.J: 08.528.442/0001-17.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): 059/2025.

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL".

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que: 1.

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);



















e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- **b**) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Florínea/SP, 11 de novembro de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Sérgio Lopes da Silva Cargo: Prefeito Municipal CPF: 269.178.568-86

Assinado digitalmente pelo sistema IDoc. Para conferência da autenticidade, verifique na ú<mark>ltima página</mark> do arquivo.

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Sérgio Lopes da Silva Cargo: Prefeito Municipal CPF: 269.178.568-86

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Sérgio Lopes da Silva Cargo: Prefeito Municipal CPF: 269.178.568-86

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

Pela contratada:

Nome: Edna Maria da Cruz Faitarone

Cargo: Representante Legal

CPF: 080.745.218-18

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.







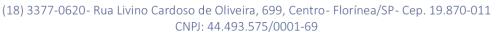
















































ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Sérgio Lopes da Silva Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 269.178.568-86

Assinado digitalmente pelo sistema IDoc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

GESTORES DO CONTRATO:

Nome: Luiz André Di Nallo

Cargo: Gestor de Planejamento Governo e Finanças

CPF: 266.966.318-88

Assinado digitalmente pelo sistema 1Doc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

FISCAL DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscalizar a execução dos serviços.

Nome: Edilson de Souza Guimarães Cargo: Diretor Municipal de Educação

CPF: 253.114.328-96

Assinado digitalmente pelo sistema IDoc. Para conferência da autenticidade, verifique na última página do arquivo.

















VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E6B2-764B-8F7E-8086

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RUBENS PATTA JUNIOR (CPF 432.XXX.XXX-90) em 11/11/2025 16:21:14 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ EDILSON DE SOUZA GUIMARÃES (CPF 253.XXX.XXX-96) em 11/11/2025 16:28:12 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- EDNA MARIA DA CRUZ FAITARONE (CPF 080.XXX.XXX-18) em 11/11/2025 16:49:10 GMT-03:00 Papel: Parte

 Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ LUIZ ANDRÉ DI NALLO (CPF 266.XXX.XXX-88) em 12/11/2025 09:49:45 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- SERGIO LOPES DA SILVA (CPF 269.XXX.XXX-86) em 12/11/2025 15:54:24 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- JOÃO CARLOS DA LUZ JUNIOR (CPF 388.XXX.XXX-30) em 13/11/2025 08:03:25 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://florinea.1doc.com.br/verificacao/E6B2-764B-8F7E-8086